



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 4

Financiamento do SUS e Relação Público-Privado MUNICIPAL

1. Garantir que os percentuais mínimos previstos pela LC 141/2012 para os entes federados sejam cumpridos, com uso exclusivo nas ações e serviços de saúde voltados para a Promoção, Prevenção e Recuperação descritos no capítulo II art 2 da mesma lei. Vinculando novas receitas/outros tributos ao financiamento do SUS, de maneira a garantir o efetivo atendimento Universal, integral e equânime da população conforme carta constitucional. Ampliando o financiamento federal do SUS, revertendo para percentual da receita corrente e não como percentual da receita líquida como atualmente é praticado. Criando linha de financiamento nas três esferas para atenção especializada/secundária para possibilitar à rede de atenção a saúde.
2. Garantir nas 3 esferas de governo de forma gradativa o investimento em Atenção Primária a Saúde iniciando com 25% para 2016 até atingir 40% em 2020. Com Garantia de recursos para as unidades de saúde em todas as esferas para adaptar seu ambiente para atendimento de pessoas com deficiência, idosos e crianças. Atualizando os valores da contra partida nas três esferas de governo para o financiamento da assistência farmacêutica. Inclusive com a conclusão das obras dos Hospitais Regional e Toxicômanos.
3. Garantir o cumprimento da lei e ampliar o financiamento para a saúde mental, exigindo que o gestor público em todas as instâncias, invista os recursos necessários para implementar e ampliar as ações, fazendo o avanço da política de saúde mental, álcool e outras drogas em consonância com os princípios do SUS, da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial conforme lei 10216/2001.
4. Exigir que o município cumpra o art. 32 da lei federal 9.656/98 e demais regulamentações da ANS para que as operadoras de planos privados de assistência a saúde restitua as despesas ao SUS no eventual atendimento aos seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos, garantindo ainda que o ressarcimento seja repassado ao fundo municipal de saúde do município onde se deu o atendimento.
5. Garantir e implementar dotação orçamentária para o plano “Viver sem Limites”, para o município de Juiz de Fora, ações do programa: centro dia, centro de convivência, centros de reabilitação; de acordo com o decreto 7.612 de 2011 Viver sem limites e Lei Brasileira de inclusão.
6. Garantir, conforme plano operativo para implementação de ações em saúde da população em situação de rua/MS, o financiamento de ações que incidam sobre os fatores condicionantes e determinantes de saúde das pessoas em situação de rua, com garantia de contemplação das ações no Plano Municipal de Saúde.
7. Valorizar e financiar o Departamento de Práticas Integrativas e Complementares (DPIC).



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 4

Financiamento do SUS e Relação Público-Privado

ESTADUAL

1. Garantir que os percentuais mínimos previstos pela LC 141/2012 para os entes federados sejam cumpridos, com uso exclusivo nas ações e serviços de saúde voltados para a Promoção, Prevenção e Recuperação descritos no capítulo II art 2 da mesma lei. Vinculando novas receitas/outros tributos ao financiamento do SUS, de maneira a garantir o efetivo atendimento Universal, integral e equânime da população conforme carta constitucional. Ampliando o financiamento federal do SUS, revertendo para percentual da receita corrente e não como percentual da receita líquida como atualmente é praticado. Criando linha de financiamento nas três esferas para atenção especializada/secundária para possibilitar à rede de atenção à saúde.
2. Garantir nas 3 esferas de governo de forma gradativa o investimento em Atenção Primária a Saúde iniciando com 25% para 2016 até atingir 40% em 2020. Com Garantia de recursos para as unidades de saúde em todas as esferas para adaptar seu ambiente para atendimento de pessoas com deficiência, idosos e crianças. Atualizando os valores da contra partida nas três esferas de governo para o financiamento da assistência farmacêutica. Inclusive com a conclusão das obras dos Hospitais Regional e Toxicômanos.
3. Garantir o cumprimento da lei e ampliar o financiamento para a saúde mental, exigindo que o gestor público em todas as instâncias, invista os recursos necessários para implementar e ampliar as ações, fazendo o avanço da política de saúde mental, álcool e outras drogas em consonância com os princípios do SUS, da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial conforme lei 10216/2001.
4. Exigir que o município cumpra o art. 32 da lei federal 9.656/98 e demais regulamentações da ANS para que as operadoras de planos privados de assistência a saúde restitua as despesas ao SUS no eventual atendimento aos seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos, garantindo ainda que o ressarcimento seja repassado ao fundo municipal de saúde do município onde se deu o atendimento.
5. Garantir e implementar dotação orçamentaria para o plano “Viver sem Limites”, para o município de Juiz de Fora, ações do programa: centro dia, centro de convivência, centros de reabilitação; de acordo com o decreto 7.612 de 2011 Viver sem limites e Lei Brasileira de inclusão.

Rua Batista de Oliveira, 239; 4º andar/402- Centro - Juiz de Fora – MG.CEP 36013-300
Secretaria Executiva do CMS: 3690-7388TEL/FAX:3690-7748 – Ouvidoria: 3690-7453
Home-page: www.pjf.mg.gov.br/consaude / E-mail: cmsjf@ig.com.br



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 4

Financiamento do SUS e Relação Público-Privado NACIONAL

1. Garantir que os percentuais mínimos previstos pela LC 141/2012 para os entes federados sejam cumpridos, com uso exclusivo nas ações e serviços de saúde voltados para a Promoção, Prevenção e Recuperação descritos no capítulo II art 2 da mesma lei. Vinculando novas receitas/outros tributos ao financiamento do SUS, de maneira a garantir o efetivo atendimento Universal, integral e equânime da população conforme carta constitucional. Ampliando o financiamento federal do SUS, revertendo para percentual da receita corrente e não como percentual da receita líquida como atualmente é praticado. Criando linha de financiamento nas três esferas para atenção especializada/secundária para possibilitar à rede de atenção a saúde.
2. Garantir nas 3 esferas de governo de forma gradativa o investimento em Atenção Primária a Saúde iniciando com 25% para 2016 até atingir 40% em 2020. Com Garantia de recursos para as unidades de saúde em todas as esferas para adaptar seu ambiente para atendimento de pessoas com deficiência, idosos e crianças. Atualizando os valores da contra partida nas três esferas de governo para o financiamento da assistência farmacêutica. Inclusive com a conclusão das obras dos Hospitais Regional e Toxicômanos.
3. Garantir o cumprimento da lei e ampliar o financiamento para a saúde mental, exigindo que o gestor público em todas as instâncias, invista os recursos necessários para implementar e ampliar as ações, fazendo o avanço da política de saúde mental, álcool e outras drogas em consonância com os princípios do SUS, da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial conforme lei 10216/2001.
4. Exigir que o município cumpra o art. 32 da lei federal 9.656/98 e demais regulamentações da ANS para que as operadoras de planos privados de assistência a saúde restitua as despesas ao SUS no eventual atendimento aos seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos, garantindo ainda que o ressarcimento seja repassado ao fundo municipal de saúde do município onde se deu o atendimento.
5. Garantir e implementar dotação orçamentaria para o plano “Viver sem Limites”, para o município de Juiz de Fora, ações do programa: centro dia, centro de convivência, centros de reabilitação; de acordo com o decreto 7.612 de 2011 Viver sem limites e Lei Brasileira de inclusão.

Rua Batista de Oliveira, 239; 4º andar/402- Centro - Juiz de Fora – MG.CEP 36013-300
Secretaria Executiva do CMS: 3690-7388TEL/FAX:3690-7748 – Ouvidoria: 3690-7453
Home-page: www.pjf.mg.gov.br/consaude / E-mail: cmsjf@ig.com.br